



Boletim Oficial

Tribunal de Contas do Estado do Tocantins

ESTADO DO TOCANTINS

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ANO XVI, Nº 3569- SUPLEMENTO

DISPONIBILIZADO EM 23/09/2024



ATOS DA PRESIDENCIA

PORTARIAS

PORTARIA Nº 750/2024

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 131, inciso I, da Lei nº 1.284, de 17 de dezembro de 2001, e o art. 349, inciso I, do Regimento Interno, na conformidade da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal do 2º quadrimestre do ano de 2024, na forma do Anexo 1, em atendimento à Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 2º Disponibilizar o relatório, por meio eletrônico no Diário Oficial do Estado, no Boletim Oficial do Tribunal de Contas do Estado e no site do Tribunal de Contas do Estado, para amplo acesso ao público, em atendimento ao disposto no § 2º, do art. 55, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Documento assinado eletronicamente por **ANDRE LUIZ DE MATOS GONCALVES, PRESIDENTE**, em 23/09/2024, às 10:49, conforme art. 4º da Resolução Administrativa TCE/TO nº 001, de 15 de outubro de 2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tceto.tc.br/sei/processos/verifica.php> informando o código verificador **0761393** e o código CRC **797D5138**.

ESTADO DO TOCANTINS - PODER LEGISLATIVO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2023 A AGOSTO/2024

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	LIQUIDADAS														
	SETEMBRO 2023	OUTUBRO 2023	NOVEMBRO 2023	DEZEMBRO 2023	JANEIRO 2024	FEVEREIRO 2024	MARÇO 2024	ABRIL 2024	MAIO 2024	JUNHO 2024	JULHO 2024	AGOSTO 2024			
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	13.491.472,32	13.837.389,94	15.459.889,04	25.467.640,46	14.386.916,29	14.138.877,29	15.038.533,52	14.645.058,05	14.689.915,71	15.758.757,34	13.945.121,16	15.441.163,93	186.300.735,15	-	
Pessoal Ativo	11.338.111,09	11.759.590,76	11.070.467,34	19.220.431,61	11.063.000,02	11.140.880,75	11.011.130,68	11.019.555,14	11.237.703,37	12.152.868,46	11.488.832,74	11.693.132,45	144.195.704,41	-	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	9.624.867,92	10.009.129,61	9.389.843,58	15.855.451,45	9.391.381,04	9.459.868,26	9.328.931,22	9.337.742,06	9.512.402,72	10.407.304,13	9.758.787,35	9.958.431,90	122.034.141,24	-	
Obrigações Patronais	1.713.243,17	1.750.461,15	1.680.623,76	3.364.980,16	1.671.618,98	1.681.012,49	1.682.199,46	1.681.813,08	1.725.300,65	1.745.564,33	1.730.045,39	1.734.700,55	22.161.563,17	-	
Pessoal Inativo e Pensionistas	2.153.361,23	2.077.799,18	4.389.421,70	6.247.208,85	3.323.916,27	2.997.996,64	4.027.402,84	3.625.502,91	3.452.212,34	3.605.888,88	2.456.288,42	3.748.031,48	42.105.030,74	-	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	1.816.735,74	1.579.883,18	4.318.861,71	5.339.623,77	2.921.590,73	2.622.510,26	3.590.104,06	3.090.182,32	3.012.372,67	3.170.193,47	2.019.087,21	3.311.430,83	36.792.575,95	-	
Pensões	336.625,49	497.916,00	70.559,99	907.585,08	402.325,54	375.486,38	437.298,78	535.320,59	439.839,67	435.695,41	437.201,21	436.600,65	5.312.454,79	-	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)															
Despesa com Pessoal não Executadas Orçamentariamente															
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	2.206.623,39	1.019.911,14	1.993.158,93	5.913.138,95	3.347.928,00	3.216.607,39	3.644.444,48	3.763.235,84	2.647.525,79	2.886.101,54	2.044.866,12	2.936.062,46	35.619.604,03	-	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	53.262,16	132.882,37	218.974,45	136.795,84	24.011,73	218.610,75	46.216,98	94.922,96	32.934,15	18.142,66	25.346,70	70.026,01	1.072.126,76	-	
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Decorrentes de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	23.119,97	-	476.231,25	-	-	16.401,66	42.809,97	-	-	-	80.678,97	639.241,82	-	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	2.153.361,23	863.908,80	1.774.184,48	5.300.111,86	3.323.916,27	2.997.996,64	3.581.825,84	3.625.502,91	2.614.591,64	2.867.958,88	2.019.519,42	2.785.357,48	33.908.235,45	-	
Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recursos Vinculados (CF, art. 198, §11)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Portaria (ADCT, art. 38, §2º)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outras Deduções Constitucionais ou Legais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	11.284.848,93	12.817.478,80	13.466.730,11	19.554.501,51	11.038.988,29	10.922.270,00	11.394.089,04	10.881.822,21	12.042.389,92	12.872.658,80	11.900.255,04	12.505.101,47	150.681.131,12	-	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL													VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)													14.286.634.285,67	-	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)													21.542.546,00	-	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)													91.474.500,70	-	
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11)													-	-	
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais													-	-	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (V)													14.173.626.238,97	-	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VI) = (III + III b)													150.681.131,12	1,06	
LIMITE MÁXIMO (VII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)													174.335.602,74	1,23	
LIMITE PRUDENCIAL (VIII) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)													165.618.822,60	1,17	
LIMITE DE ALERTA (IX) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)													156.902.042,47	1,11	

Nota 1: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar Não Processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar Não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art. 35 da Lei nº 4.320/64.

Nota 2: Não foram consideradas para efeito de limite de pessoal as obrigações patronais referente ao plano de saúde - PLANSAUDE (RS 460.783.61), por não estar abrangido pelo art. 19 LRF, conforme Acórdão TCU nº 894/12.

Nota 3: Incluído de inativos e pensionistas a partir do exercício de 2021, conforme determinações da LC 178/2021. Nas competências 09/2023 a 08/2024 foram inseridos os valores da despesa do relatório SIAFE, seguindo o mapeamento STN.

Nota 4: Na linha dedução de despesas de exercícios anteriores foram deduzidas as despesas - anos 2016 a 2023 abonos de permanência e reconquistados (fora do período do demonstrativo).

Presidente

Cons. André Luiz de Matos Gonçalves

Vice-Presidente

Cons. Alberto Sevilha

Corregedor

Cons. Severiano José Costandrade de Aguiar

ConselheirosJosé Wagner Praxedes
Napoleão de Souza Luz Sobrinho
Doris de Miranda Coutinho
Manoel Pires dos Santos**Conselheiros Substitutos**Adauton Linhares da Silva
Fernando César B. Malafaia
Jesus Luiz de Assunção
Leondiniz Gomes
Márcio Aluízio Moreira Gomes
Moisés Vieira Labre
Orlando Alves da Silva**Ministério Público de Contas****Procurador-Geral**

Oziel Pereira dos Santos

ProcuradoresJosé Roberto Torres Gomes
Marcos Antônio da Silva Módes
Zailon Miranda Labre Rodrigues**Comissão Permanente de Licitação**Patrícia Pereira da Silva - Presidente
Roselena Paiva de Araújo
Marinês Barbosa Lima
Elizamar Lemos dos Reis Batista
Maria Filomena Rezende Leite**Jurídico**

Alessandro Alberto de Castro

PregoeirosPatrícia Pereira da Silva
Roselena Paiva de Araújo
Raíssa Peres Miranda
Elizamar Lemos dos Reis Batista
Marinês Barbosa Lima**Assessoria de Comunicação - ASCOM**

(63) 3232-5837/5838/5937 ascom@tceto.tc.br

Tribunal de Contas do Estado do Tocantins

Avenida Teotônio Segurado, 102 Norte, Conjunto 1, Lotes 1 e 2, CEP: 77.006-002 - Palmas - TO

Boletim Oficial do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, órgão oficial de imprensa instituído pelo artigo 158 da Lei nº 1.284 (Lei Orgânica do TCE), de 17 de dezembro de 2001, e regulamentado pela Instrução Normativa Nº 06/2019, de 18 de dezembro de 2019.

www.tceto.tc.br

Site certificado pela Autoridade Certificadora do SERPRO Cadeia ICP-Brasil